

1 Ata de Reunião Plenária Ordinária de nº 290 do Conselho Municipal de Saúde de  
2 Arapongas – CMS, realizada em 25 de Novembro de 2020 as 19:30 por Videoconferência.  
3 Deu início a presente reunião o Presidente do CMS, Conselheiro Zanatta – SINDSAÚDE,  
4 cumprimentando a todos e esclarecendo que a presente reunião havia sido agendada por  
5 duas vezes e que em um segundo momento a pedido da Conselheira Márcia – HONPAR,  
6 que não poderia participar mas mandaria a suplente, também devido ao momento onde  
7 ocorria chuva torrencial, o Conselheiro Robério – Pastoral da Criança, disse que também  
8 não poderia participar, sendo solicitado pelo Presidente Zanatta o agendamento para a  
9 próxima semana. Foi reiterado pelo Conselheiro Moacir – Secretaria de Saúde, que a  
10 reunião deveria ser realizada ainda no mês de novembro por conta de uma eventual  
11 impossibilidade de não se poder realizar a reunião presencialmente no mês de Dezembro.  
12 Também por questões da Pandemia Covid-19 e por não haver uma pauta mais efetiva,  
13 ficando em aberto para Mesa tomar uma decisão, se haverá ou não reunião no mês de  
14 Dezembro. Comenta que a Pauta havia sido encaminhada para o dia da reunião em 18/11  
15 e que devido ao adiamento foram inclusos mais 02 pontos, uma correção no registro de  
16 reingressos e de saídas de membros do CMS e mais 02 ofícios que foram encaminhados  
17 nesse período. Faz registro de presença dos titulares Conselheiros Zanatta, Alecsandro –  
18 SIMEPAR, Aline – Associação Ulisses Guimarães, Alzira – Pastoral da Saúde, Robério –  
19 Pastoral da Criança, Caren – HONPAR, Íyá Joilda – Ent. Religiosa Ilé Àse Ti Tóbi Ìyá Àfin  
20 Òsùn Alákétu, Márcia – HONPAR, Roseli – APDA, Marcos – Sind. Trab. Rural e Moacir-  
21 SEMUS. Tomando como primeiro assunto os informes, colocando em aprovação as Atas  
22 de Nº 286, 287 e 1º Extraordinário 2020, sendo aprovadas sem nenhuma questão  
23 levantada. Houve pergunta do Conselheiro Robério para saber como está o andamento  
24 da terceirização da Unidade de Pronto Atendimento Alberto Éesper Kalas/24 horas, o  
25 Conselheiro Moacir responde que as empresas interessadas fizeram toda a apresentação  
26 e essa documentação está sendo analisada para saber se as empresas estão aptas ou  
27 não, complementa que essa fase de avaliação exige muita documentação e que mesmo  
28 não tendo reunião plenária do CMS, o Secretário Moacir se compromete a manter o  
29 Conselho atualizado sobre essas informações e o andamento do processo. O Conselheiro  
30 Robério pede a fala para apresentação de um documento, que se trata de um ofício de  
31 indicação para suplência da entidade Pastoral da Criança e que na próxima semana essa  
32 pessoa já estará fazendo parte das reuniões. O conselheiro Zanatta fala da importância  
33 dos suplentes estarem participando das reuniões, reitera que foi feita diversas tentativas  
34 de contato aos suplentes que não tem participado a exemplo das Senhoras Maria  
35 Aparecida da Silva Tonello, Valéria Reche e Maria Madalena e que já poderia estar

36 participando da reunião, que inclusive já foi adicionada ao grupo de whats do CMS. Cita o  
37 conselheiro André – Associação Interdisciplinar AIABA, o qual trabalha em horário  
38 noturno. Coloca como segundo ponto de Pauta os informes, que tem como primeiro item  
39 a apresentação de ofícios. Ofício 15/2020 que se trata de uma resposta aos ofícios 44 e  
40 83/2020 referentes a notícia de fato veiculado junto a primeira Promotoria da Comarca de  
41 Arapongas contendo informações pertinentes a denúncia feita pela Senhora Maria Lúcia  
42 de Abreu Ferreira junto ao Ministério Público – MP na qual a mesma desinforma o  
43 Ministério Público usando e acusando a pessoa do Representante de Entidade de  
44 Trabalhadores, o Conselheiro Zanatta, não sendo a primeira vez que isso acontece, que  
45 já é recorrente por parte da mesma, dizendo que o Cons. Zanatta teria prejudicado a sua  
46 permanência no CMS e teria a impedido de participar, que não foi comunicada sobre a  
47 sua saída e que teria impedido chapas de se inscreverem. E em resposta essas  
48 acusações foram fixadas a essa documentação todas as Atas, relatórios, xerox das  
49 questões, dos períodos e cadastros junto a Previdência Social por parte das entidades,  
50 documentos anteriores e posteriores, com pontuação por grifo das falas para melhor  
51 visualização por parte do MP reiterando que tudo aquilo que era pertinente a cada uma  
52 das falas realizadas na denúncia feita pela ex-Conselheira Lúcia e dos fatos ocorridos  
53 junto ao Conselho, de suas plenárias desde o ano de 2019, pelas questões levantadas  
54 por outros conselheiros inclusive onde foram avaliados pelo plenário e por uma Comissão  
55 Especial das condutas das Entidades que se encontraram irregulares em especial da Sra.  
56 Lúcia Abreu. Cita o Ofício 16/2020 – CMS que trata de aquisição de materiais e  
57 equipamentos pela Secretaria de Saúde diante das resoluções 064 e 376/2018 por parte  
58 da SESA e apresentam as planilhas com os itens elencados, do Ofício 17/2020 – CMS  
59 com encaminhamento a Ouvidoria para solicitação rotineira de informações, as quais já a  
60 muito deveriam compor Pauta dentro do Conselho e não eram solicitadas e cita de  
61 documento que o Conselho fornece a entidade Santa Casa quadrimestralmente atestando  
62 informações sobre queixas e denúncias para inclusão em seu POA, porém não havendo  
63 um canal para essas informações ao Conselho. Orienta que já esteve presente ao setor  
64 de Ouvidoria e em diálogo com a Sra. Cleusa Lonardoní ouve consenso de que tal  
65 documento para inclusão ao POA deveria ser solicitado a Ouvidoria e não ao Conselho  
66 posto que esse não possui uma fonte de ingresso para as informações ou canal de  
67 comunicação direta a população e faz a sugestão de que o mesmo Conselheiro que  
68 estiver acompanhando o processo de contratualização, atue junto as questões junto a  
69 Ouvidoria, que as instituições não mandam relatórios ao Conselho e que posteriormente o  
70 CMS tem que postular um Aval, que particularmente não concorda com esta questão,

71 nesse formato e reitera citando o Conselheiro Alecsandro, que já foram encaminhados  
72 documentos apontando a inexistência de queixa, porém que elas existiam tanto na  
73 ouvidoria como nas redes sociais. Novamente cita que há necessidade das Comissões  
74 ingressarem ao acompanhamento dos prestadores para orientação de condutas com um  
75 real discernimento. Cita dos Ofícios recebidos para suplência da Associação de  
76 Moradores Ulisses Guimarães na pessoa da Sra. Aline Tassiara e outro da Pastoral da  
77 Criança. Como segundo informe fala da readequação das entidades Ong Olho D' água  
78 onde retorna a Sra. Maria Madalena Carneiro a suplência, também do retorno da Sra.  
79 Elizabeth como titular de gestor e da Sra. Roseli Martauro na titularidade da APDA e que  
80 serão feitas as alterações das representatividades e da participação dos grupos de  
81 Whats. Cita de documento confeccionada para registro das frequências e da participação  
82 das entidades junto ao CMS na vigência 2020 e que desta forma será encaminhada a  
83 Comissão de ética – COMETI, tendo sido enviado este documento aos Conselheiro pelo  
84 Whatsapp, cita das normas regimentais atinentes a questão de representatividade dos  
85 titulares das suplências e suas representatividades e citando a Conselheira Caren –  
86 HONPAR releva sua participação pois como suplente tem atuado perante as plenárias e  
87 participado em praticamente todas as reuniões independente da presença de sua titular,  
88 reiterando ser muito salutar ao CMS em contraste a outros vários suplentes e inclusive a  
89 algumas Entidades titulares, pois que participam em poucas reuniões e com certeza não  
90 conseguem se ambientar as atividades do Conselho. Cita que em contato com a  
91 Conselheiro Alzira Rocha, a procurou para incentivo a participação uma vez que  
92 observaram de suas faltas, também a convidando a participar da COMFIN, pois há  
93 vacância de um usuário, assim como realizaram visitas domiciliar a Sra. Maria Adelaide –  
94 UAMMA. Faz leitura do regimento quanto a questão das faltas por parte das Entidades,  
95 que se trata de representação das Entidades e que estas então serão comunicadas sobre  
96 a atuação de seus representantes para que possam discernir sobre a atuação de seus  
97 representantes, que a Sra. Alzira fez justificativas sobre as suas dificuldades no início do  
98 ano aos meses de fevereiro, Março e Abril e posteriormente no mês de Setembro. Que  
99 não tendo sido localizada a Conselheira Adelaide e que está não dando retorno foi  
100 encaminhado ofício 19/2020 a UAMMA pela gravidade de ausência em 100% das  
101 plenárias presenciais ou por vídeo, não tendo encaminhado também sua suplência, que  
102 as questões não são pertinentes aos representantes e sim a Entidade UAMMA, coloca  
103 ainda que das discussões de temas próprios ao CMS, discussões objetivas e concretas  
104 de Pautas próprias do Setor Saúde, que não se tem observado a participação dos  
105 representantes da entidade UAMMA, porém eventualmente um esboço de risos ou emojis

106 de palminhas para questões que não são do fórum próprio, que não considera justificável  
107 tais ausências pois demonstra ter acesso as redes sociais como Whatsapp do CMS e que  
108 o suplente como ela tem também estado ausente. O Conselheiro Alecsandro coloca que o  
109 Presidente está tergiversando sobre as questões das ausências em tempos de Pandemia  
110 onde as pessoas estão trabalhando sobre decretos Federal, Estadual e Municipal que não  
111 deveríamos estar discutindo faltas sobre Conselheiros que são idosos ou do grupo de  
112 risco e que temos Pautas a serem avançadas, porém que se o suplente não está vindo por  
113 que ele não é obrigado a vir e que em qualquer outro Conselho o suplente só participa na  
114 ausência do titular e que pouco importa se alguém acha se o suplente deve participar ou  
115 não. Ao que o Presidente Zanatta faz contraponto orientando que realmente não é o que  
116 alguém possa pensar, mas o que Regimento reza, que a exemplo de outras Entidades  
117 apontando ao Gestor Moacir, onde este em sua única ausência sua suplente compareceu  
118 e que com relação a UAMMA a suplência é da própria UAMMA e que ambos se  
119 ausentaram em 100% das reuniões, ou seja, durante a vigência do ano de 2020 por  
120 completo e que em concordância ao citado pelo Conselheiro Alecsandro a entidade deve  
121 estar presente nas Plenárias. O Conselheiro Alecsandro reitera que as entidades  
122 substituem se quiserem, ao que novamente o Presidente Zanatta coloca que a  
123 substituição ou não deve incidir sobre a regra e a norma Regimental. Que  
124 regimentalmente se obriga, a Presidência, à norma Regimental que dita das obrigações  
125 da Direção e novamente o Conselheiro Alecsandro cita dos Decretos, que qualquer  
126 Decreto é superior ao nosso Regimento e como é que nos vamos discutir a atuação de  
127 um Conselheiro idosa ou grupo de risco faltando em uma reunião, que se a pessoa vai  
128 em boteco tomar cerveja e é grupo de risco, então porquê não se a pessoa não está  
129 confortável em participar, que ela não participe. O Presidente Zanatta cita a ele próprio a  
130 conselheiro Roseli, a Conselheiro Iyá Joilda, a Conselheiro Alzira, são do grupo de risco e  
131 que todos estes participaram das reuniões ou suas suplências estiveram presentes e  
132 ainda lembrando das plenárias como a do dia de hoje realizadas por vídeo, não há risco e  
133 não há decreto. O Presidente Zanatta coloca que em duas ocasiões a exemplo de hoje,  
134 ao ser procurada em seu domicilio para a entrega de ofício a Sra. Adelaide não se  
135 encontrava e que entende que o Conselheiro Alecsandro está fazendo um juízo de valor,  
136 sem aferimento da responsabilidade da Entidade junto ao CMS e que não se trata apenas  
137 de um específico representante, que se o representante está impossibilitado por qualquer  
138 que seja o motivo a Entidade deve substituí-lo. Cita a Entidade representada por Iyá  
139 Joilda ou Márcia e que não é uma opção das Entidades a manutenção de representantes  
140 faltosos e ausentes, que ou através dos quais descumpram-se a Norma Regimental e que

141 o Conselheiro Alecsandro está discutindo na verdade, recai sobre o papel da  
142 administração do CMS que também é Norma Regimental e que isso a Mesa o fará dirigido  
143 a qualquer outra Entidade, quer seja Usuário ou Prestador ou Gestor. O Conselheiro  
144 Alecsandro fala que estamos perdendo tempo de pontos de Pauta e o Presidente Zanatta  
145 coloca que a discussão foi promovida pelo Conselheiro Alecsandro de sua opinião própria  
146 em contraste com o Regimento. Coloca que a questão foi exposta e ofício encaminhado,  
147 todas as demais demandas são de cunha legal. A Conselheira Iyá-Joilda coloca que  
148 referente ao seu suplente o Conselheiro André Luiz de Oliveira foi demitido logo ao início  
149 da pandemia e que tendo arranjado um novo emprego, também em período noturno  
150 sofreu um acidente de trânsito tendo estado hospitalizado, inclusive em UTI e que se  
151 encontra portanto em fase de recuperação, estando atualizado de informações do  
152 Conselho através da sua titularidade, ao que o Conselheiro Zanatta reitera que o suplente  
153 não é obrigado a vir, muito embora seria muito salutar e de interesse da administração do  
154 Conselho e cita exemplo a Conselheira Caren, suplente da entidade Honpar que  
155 encontra-se sempre presente como suplente. E novamente coloca que não se trata dos  
156 representantes e sim das entidades, que quando ausentes devem ser substituídas uma  
157 vez não se manifestando quanto a troca de representantes, que no caso é a UAMMA e  
158 não a Conselheira Adelaide quem deve se justificar. O Conselheiro Conselheiro  
159 Alecsandro interpelando a fala, solicita questão de ordem, tendo o Presidente dito que o  
160 Conselheiro Alecsandro usa frequentemente o termo “questões de ordem” para insurgir  
161 em fala, e lhe explica que questões de Ordem, pelo termo, devem ser usadas quando  
162 houver quebra de Normas Regimentais, e que doravante solicita que se não for quebra  
163 Regimental que o Conselheiro Alecsandro não se valha desse artifício. O Conselheiro  
164 Alecsandro diz que não precisa de explicação, e o Presidente Sr. Zanatta afirma que ele,  
165 Presidente, está fazendo uma questão de Ordem, quando orienta sobre esse tema ao  
166 Plenário. O Conselheiro Alecsandro questiona quantas faltas não justificadas a  
167 Conselheira Adelaide têm, e recebe como resposta, todas, cem por cento, e o Conselheiro  
168 Alecsandro questiona se ela não está sob o manto da pandemia, tendo o Presidente  
169 Zanatta reafirmado a representante estava, a entidade não, ao que o Conselheiro  
170 Alecsandro afirma que se a representante Conselheira Adelaide está dispensada e ela é  
171 Conselheira, que a entidade não tem obrigação nenhuma de substituí-la, ao que o  
172 Presidente rebate colocando que logicamente a entidade tem que substituí-la. A  
173 Conselheira Márcia – HONPAR solicita a fala e afirma em consonância à Presidência, que  
174 está questão é regimental, que se aplique o regimento, nem deveria ser tema de  
175 discussão que as entidades são convocadas, e não as pessoas, ao que o Presidente

176 agradece o entendimento, colocando que ele é factual, que só estava apresentando como  
177 informe, tendo sido transformado em pauta pelo Conselheiro Alecsandro e que considera  
178 sua posição equivocada. A Conselheira Iyá Joilda faz justificativa de sua ausência e que  
179 se negou a ficar em reunião passada por encontrar um erro na nomeação de sua  
180 entidade na lista de presença, o Conselheiro Zanatta diz que não tem nenhum problema  
181 pela entidade ter uma única falta e tendo ainda sido justificado em ata, coloca ainda como  
182 último ponto dos informes, e coloca como último informe da questão de cronograma de  
183 Plenárias para o ano de 2021, tendo já sido encaminhado por whatsapp e por e-mail.  
184 Dando continuidade o Presidente solicita dos presentes quanto a informes, ou pontos a  
185 serem levantados pelas entidades, ou ainda de sugestão de pauta. O Conselheiro Moacir  
186 – SEMUS, pede pauta para CI da contabilidade com data do dia de hoje, que  
187 considerando a Lei Complementar 172 de Abril de 2020 que possibilita a transposição e  
188 transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores para serem  
189 executados, e que para execução desse recurso remanescente deve passar pelo  
190 Conselho, havendo recursos do Ministério da Saúde na ordem de R\$ 26.656,00, através  
191 da soma de diversos saldos menores. O Conselheiro Robério questiona se estes  
192 recursos são saldos restantes de pagamentos não utilizados e que se esse dinheiro não é  
193 específico, ao que o Conselheiro Moacir coloca que a Lei é específica para recursos  
194 Federais podendo ser dado outro destino diferente do original, e que haviam recursos de  
195 até dois anos que estão sendo viabilizados para novos financiamentos, porém necessário  
196 passar pelo Conselho, e que provavelmente serão utilizados esses recursos para ações  
197 de custeio até do COVID -19, o Presidente Zanatta coloca que o documento se faz para  
198 ciência do Conselho e não para uma aprovação obrigatório. O Presidente Zanatta solicita  
199 que seja encaminhado portanto ao Conselho com vistas a Comissão de Finanças a  
200 documentação referente a estas operações, não havendo qualquer negativa por parte da  
201 Plenária considerou-se autorizada esta movimentação financeira. A Conselheira Iyá Joilda  
202 questiona quanto a data para início das atividades da COMFIN, para que os conselheiros  
203 possam conciliar com suas agendas, e também informa que está participando de uma  
204 capacitação disponibilizada pela SESA – MS, que trata sobre orçamento público e  
205 financiamento da saúde, e que disponibilizou o material ao grupo do conselho através do  
206 Whatsapp. O Presidente Zanatta agradece a oferta de material ressaltando que os  
207 conselheiros, usuários assim como os demais representantes tenham acesso as  
208 informações, não havendo manifestação. Informa que a mesa diretiva gostaria de ampliar  
209 as discussões sobre as questões assistenciais eletivas e seus envolvimento durante a  
210 pandemia, abrindo esse tema aos representantes de Gestor e de Prestadores

211 hospitalares, que considera uma pauta bastante pertinente e que o conselho deve poder  
212 discernir diante da redução de sua oferta desse período, e que outra pauta se refere as  
213 atividades das comissões, sugerindo que se inicie com tema das comissões e depois da  
214 atenção eletiva, fazendo registro de ausência do Sr. Durval e também de sua suplente.  
215 Comunica que a COMTEFIS realizou reunião virtual que será publicado também um  
216 decreto com a constituição das comissões através da Secretária Executiva, que a  
217 COMFIN está com vacância, uma vaga de usuário vago, diz acreditar que as comissões  
218 terão muita dificuldade para o desenvolvimento das atividades citando entre estas  
219 cumprimento de agendas pois conforme determina o regimento são comissões  
220 permanentes e que dentro de seus objetivos caracterizam-se atividades a serem  
221 desenvolvidas rotineiramente onde devem ser elencadas pautas pois há um universo  
222 enorme de trabalho, que não há capacidade plena para o desenvolvimento de seu todo, e  
223 que portanto devem ser elencadas as prioridades pautadas pelo Conselho, e cita como  
224 exemplo a COMETI que irá atuar sobre as entidades faltosas, a COMFIN que tem se  
225 apropriar de pautas como o financeiro citado pelo conselheiro Moacir, a terceirização do  
226 24 Horas, assim como a COMTEFIS tem que se apropriar junto a COMFIN sobre as  
227 programações orçamentárias anuais, ou seja, assistência versus financiamento, que deve  
228 haver diálogo entre as duas comissões. Que há uma dificuldade nata pois os grupos  
229 presentes nas comissões muitas vezes não tem conhecimento técnico ou orientação e  
230 que estas devem ser oferecidas pelos profissionais que estão dentro do grupo do  
231 Conselho, fornecido pelo Gestor, pelo próprio Prestador, havendo aí uma integração  
232 cruzada entre a Irmandade Santa Casa e HONPAR, que temos que dar apoio para o  
233 aprimoramento e para se prover os usuários das temáticas. Que na condição diretiva do  
234 Conselho à mesa entende necessário prover às comissões para se poder transferir à  
235 estas a responsabilidade concorrente, pois todos tem que cumprir os objetivos do CMS,  
236 porém as comissões tem que executar atividades relativas aos seus objetivos, ou seja,  
237 específicos e decorrentes do trabalho que as comissões ter que desenvolver, que não  
238 temos condição de continuar com as discussões de temática sobre o POA apenas durante  
239 a reunião de sua apresentação. Que essas pautas precisam ser trazidas previamente,  
240 antes de culminar sobre a aprovação, e que precisam de tempo para analisarem e  
241 avaliarem tais temas e documentos, diz ainda que acredita que as comissões deveriam se  
242 reunir mais vezes que o próprio Conselho, reiterando ser muito pouco uma reunião  
243 mensal do CMS dada a responsabilidade que exerce junto ao papel Gestão em Controle  
244 Social, sugerindo que as comissões realize reuniões semanalmente. Que a mesa tem  
245 muito interesse de que o POA seja entregue a comissão, que o contrato de convênio e os

246 relatórios das ações frente a maternidade e a Irmandade Santa Casa sejam entregues as  
247 comissões, ao Conselheiro Alecsandro, e que assim possa ser planejado todos os  
248 questionamentos sobre esses convênios. Cita do documento fornecido pelo Conselho  
249 isentando o Prestador Santa Casa quanto à queixas manifestadas à este Conselho,  
250 porém que está informações não possuem um canal direto ao conselho, que a  
251 COMTEFIS tem que ir ao hospital em caráter formal para realizar uma visita de coleta de  
252 informações e avaliação da instituição, que a comissão tem que estar pautada e instruída  
253 sobre questões assistenciais e financeiras, das relações de custos e serviços, da  
254 verificação de qualidade de serviços oferecidos, da visualização dos ambientes, de  
255 enfermarias, ou pronto-socorro, ou seja, de informações da área sanitária, e que o  
256 Conselho por si tem condições de instrução através das normas, leis, e parâmetros,  
257 finalizando que as comissões tem que ser efetivadas em trabalho, e que tendo o nome  
258 das pessoas que são responsáveis, estas serão cobradas pelo seu papel. A Conselheira  
259 Márcia solicita encerramento dos trabalhos sendo colocado pelo Presidente Zanatta que  
260 foram encaminhados os documentos e contratos do Hospital HONPAR, também da  
261 Irmandade Santa Casa para as comissões, questiona novamente à representante da  
262 HONPAR sobre a redução do atendimento hospitalar eletivo, o qual também o Estado tem  
263 se manifestado. A Conselheira Márcia coloca que ao início da pandemia tanto o MS como  
264 o Estado bloquearam as cirurgias eletivas, permitindo apenas as urgências e  
265 emergências, que inicialmente foram credenciados sessenta leitos de COVID-19, sendo  
266 vinte leitos de UTI, e quarenta de enfermaria, que posteriormente foram reduzidos para  
267 vinte leitos, que a taxa de ocupação tem flutuado, porém que hoje o MS não está  
268 proibindo as eletivas, portanto estamos voltando as atividades, porém com algumas  
269 restrições, com exemplo o espaçamento entre os leitos que foram aumentados, e que  
270 gera redução de oferta, ou seja o hospital não está com a carga toda, como antes da  
271 pandemia, ou seja, está em um ritmo desacelerado, com menos agendamento de  
272 consultas, porém que agora há uma novidade de uma Portaria que normatiza que  
273 somente hospitais que tem dez por cento da sua ocupação com COVID-19 dos leitos  
274 gerais, é que tem restrição das eletivas, que anteriormente tinha restrição das eletivas  
275 com uso de medicações com anestésicos, ou de ocupar leitos de UTI geral, mas isso tudo  
276 foi superado, que hoje a regra passa ser do total de leitos gerais, dez por cento para  
277 COVID-19, esses é que terão as eletivas bloqueadas, sendo que a HONPAR não alcança  
278 esse percentual e estando as eletivas liberadas. A conselheira Márcia solicita que não  
279 seja mais utilizado a nomeação Hospital João de Freitas, e sim HONPAR, Hospital Norte  
280 Paranaense. Após novas explanações sobre as questões de nomenclatura e da



281 confecção dos contratos entre Prestadores Hospitalares e o Estado, pelos conselheiros  
282 Robério, Alecsandro, Moacir, Márcia, e Zanatta que serão projetados para dentro das  
283 comissões, o Presidente de Mesa Zanatta agradece novamente a todos os que  
284 participaram desta Planária e deu encerramento a mesma, a qual por degravação, eu,  
285 Giziele Regina Ruiz Mendes – Secretária Executiva, junto ao Presidente e Conselheiro  
286 Eucir Antônio Zanatta, redige a presente Ata em 13 de Abril de 2021 lavramos a presente.